

**Ministério de Minas e Energia  
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

### Sumário

<b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>	<b>1</b>
<b>Título: Congresso desiste de briga com Planalto por controle de parte do Orçamento.....</b>	<b>1</b>
<b>VEÍCULO: O Globo.....</b>	<b>4</b>
<b>Título: Estados devem perder R\$ 36 bi com menos uso de combustível .....</b>	<b>4</b>

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Data: 06/06/2020**

**Seção: Poder**

**Autor: Thiago Resende e Bruno Boghossian**

**Título: Congresso desiste de briga com Planalto por controle de parte do Orçamento**

Com pandemia, Legislativo abre mão de comando sobre R\$ 25,3 bi em emendas, parte de acordo com o centrão, agora aliado de Bolsonaro

Brasília- Depois dos choques provocados por uma disputa com o Executivo pelo controle do Orçamento, o Congresso abriu mão do comando que teria sobre R\$ 25,3 bilhões em emendas parlamentares.

Em negociação coma cúpula da Câmara e do Senado após o início da pandemia do coronavírus, o Planalto pediu ao Legislativo a retirada de uma proposta que daria poder aos congressistas para determinar quais obras e projetos receberiam esses recursos, com execução obrigatória.

A proposta — que agora deve ser descartada — tornaria parte do orçamento de ministérios dependente de autorização dos parlamentares. A verba só poderia ser usada após deputados e senadores indicarem quais municípios seriam beneficiados, o que aumentaria seu capital político em ano eleitoral.

Com a derrubada dessa prerrogativa, a destinação efetiva do dinheiro cabe ao ministro de cada área.

O novo capítulo sobre o Orçamento foi costurado com líderes do centrão, partidos que passaram a ocupar cargos no governo. Com o controle sobre a aplicação das emendas, como previa a proposta inicial, não seria necessária uma relação afinada com o Executivo.

Originalmente, o projeto havia sido encaminhado pelo Planalto para reduzir a tensão com o Congresso num embate entre os Poderes pelo controle das contas do governo.

Na ocasião, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) criticou parlamentares, e o ministro Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) sugeriu a convocação de protestos contra parlamentares, a quem acusou de chantagem.

No início de março, o Planalto apresentou um projeto que manteria o poder dos congressistas sobre uma fatia de R\$ 25,3 bilhões do Orçamento, a partir das emendas parlamentares obrigatórias.

O acordo pela aprovação do texto, porém, retrocedeu quando Bolsonaro endossou e participou dos atos de 15 de março a favor do governo e contra o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal), na semana em que a pandemia do coronavírus foi declarada.

Com a crise da Covid-19, Executivo e Legislativo avaliaram que o embate geraria desgaste num momento em que os esforços da classe política deveriam se concentrar na área de saúde.

Esse acordo foi facilitado pela aproximação entre Bolsonaro e partidos do centrão. As siglas estreitaram suas negociações políticas com o Planalto a partir da indicação de aliados para ocupar cargos em autarquias e no segundo escalão dos ministérios.

Elas agora têm a chave de fundos e órgãos com orçamentos vultosos, e abertura para facilitar também a liberação de verbas referentes a essas emendas parlamentares.

Nas últimas semanas, um novo acordo foi costurado para garantir que os ministros tenham a palavra final sobre o destino do dinheiro. Isso, porém, não impede que a definição se dê após uma negociação com os congressistas.

Sob essas regras, as emendas podem voltar a ser alvo de negociação política entre os dois Poderes e moeda de troca em votações no Congresso. Inicialmente, o Parlamento pretendia obrigar a aplicação desses recursos, sem precisar tratar com o governo sobre as destinações específicas.

O Planalto solicitou no fim de maio a retirada do projeto que daria aos parlamentares o poder de definir a ordem de liberação do dinheiro. A Secretaria de Governo afirmou que o ato foi feito em acordo com o Congresso. Líderes partidários confirmaram o armistício.

As normas de execução das emendas parlamentares determinam o peso político da ferramenta nas relações entre governo e congressistas. A modificação de agora provoca alterações nesse equilíbrio.

Quando aprovaram o Orçamento de 2020, deputados e senadores escolheram as áreas em que o dinheiro das emendas seria alocado. São, por exemplo, ações voltadas a esporte, educação, saneamento — uma destinação relativamente genérica.

Eles também queriam, porém, ter a prerrogativa de escolher projetos específicos a contemplar. Essa mudança se tornou o centro do embate dos congressistas com Bolsonaro, que vetou a alteração.

O projeto elaborado pelo governo em março concedia uma ampliação de poderes ao Legislativo. Se a proposta fosse aprovada, parte do dinheiro para educação, saúde, agricultura e ciência e tecnologia seria aplicada com base em critérios do relator do Orçamento de 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE).

Foram alocados, por exemplo, R\$ 100 milhões para infraestrutura de esporte (uma destinação genérica). Pelas negociações em curso em março, não seria o ministro da área quem decidiria qual cidade receberia uma quadra esportiva, e sim o relator do Orçamento, após articulações com líderes partidários.

Neto teria controle sobre uma verba maior que os orçamentos de alguns ministérios, como Justiça, Meio Ambiente e **Minas e Energia**.

Aliados de Bolsonaro questionavam esse poder dado a congressistas e os critérios a serem usados. Para a equipe econômica, isso engessaria ainda mais o Orçamento.

Embora o governo tenha conseguido retomar o controle da última etapa de execução das emendas (a assinatura do contrato), o Congresso ainda manteve ampliada sua participação na formulação do Orçamento.

As emendas parlamentares que o governo será obrigado a atender neste ano mais que triplicaram em relação ao valor de 2014, primeiro exercício em que o mecanismo de pagamento compulsório desses recursos foi aplicado.

O volume de recursos com execução obrigatória era de R\$ 12,1 bilhões há seis anos, em valores corrigidos pela inflação, e alcançou R\$ 43 bilhões neste ano.

Desde o início do Orçamento impositivo, o valor de pagamento obrigatório permaneceu praticamente estável, na faixa média de R\$ 14 bilhões, em valores corrigidos. Apenas na negociação do Orçamento de 2020 o Congresso propôs o salto nessa verba, o que incomodou o núcleo político e até mesmo a equipe econômica do governo Bolsonaro.

Até 2013, o Congresso apresentava emendas ao Orçamento — em volume até superior àquele em negociação atualmente —, mas não havia a garantia de que os governos dariam início aos projetos nos municípios indicados.

A liberação de recursos tinha caráter majoritariamente político: emendas de deputados e senadores aliados do governo ganhavam preferência na execução dos recursos.

A partir de 2014, parlamentares passaram a trabalhar pela aprovação de medidas de ampliação da autonomia do Congresso Nacional.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 06/06/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: MANOEL VENTURA**

**Título: Estados devem perder R\$ 36 bi com menos uso de combustível**

Estudo da Empresa de Pesquisa Energética indica impacto de longo prazo da pandemia na arrecadação dos governos locais. Demanda por gasolina pode despencar

BRASÍLIA- Enquanto esperam há mais de 70 dias pelo socorro financeiro do governo federal, governadores têm um desafio para manter as contas em dia

nos próximos anos. A redução na demanda por combustíveis causada pela pandemia do coronavírus — além da queda nos preços do petróleo no mercado internacional — deve levar a uma perda de arrecadação de até R\$ 36 bilhões para os estados até 2022.

A estimativa foi feita em um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao governo federal. O valor se refere apenas à perda de arrecadação com ICMS, ou seja, não inclui royalties e participações especiais. Nesse caso, também haverá forte perda de arrecadação, principalmente para estados produtores, como é o caso do Rio.

O imposto sobre combustíveis representa cerca de 20% de toda a arrecadação com ICMS dos estados. Junto com comunicações e energia elétrica, é uma das principais fontes de receita por meio do tributo.

Para a União, a perda projetada pode chegar a R\$ 18 bilhões, com a queda de PIS/Cofins e Cide, segundo a EPE, a depender da evolução da crise. O impacto total, portanto, chega a R\$ 54 bilhões.

Para comparação, em todo o ano de 2019, os estados, juntos, arrecadaram R\$ 89 bilhões com ICMS sobre combustíveis. Neste ano, a arrecadação soma, até maio, R\$ 31 bilhões, queda de 14% na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A maior perda projetada dentre os combustíveis é a da gasolina. A demanda deve cair de 8% a 17% em 2020. Também haverá queda com etanol e diesel. A arrecadação com o gás de cozinha (GLP), por outro lado, tende a subir, porque o consumo aumentou.

## AJUSTE E REFORMAS

Juliana Damasceno, pesquisadora do Ibre/FGV, lembra que o ICMS é o principal tributo dos estados, mas também importante para os municípios, que ficam com parte dessa arrecadação.

— Até o restabelecimento das atividades ao seu nível normal, veremos a receita aquém do nível pré-crise. A recuperação das receitas vai acontecer antes da retomada total da economia, mas será no ritmo do retorno da atividade. O ICMS é o imposto sobre circulação de bens e serviços e segue muito a dinâmica da economia — disse.

Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), avalia que a restrição fiscal nos estados vai ficar ainda pior. Para ele, a recuperação muito

lenta da economia, a partir de 2021, manterá a dinâmica de receitas em uma trajetória preocupante.

— As medidas que já eram recomendáveis antes passam a ser quase mandatórias: ajuste de pessoal e reformas previdenciárias para valer, inclusive com fixação de idade mínima. A União terá papel central nisso, porque no modelo federativo brasileiro, o governo central funciona, ou deveria funcionar, como árbitro nas questões que envolvem os entes subnacionais — afirmou.

Neste ano, dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) indicam queda nas vendas de querosene de aviação (-85%), gasolina (-29%), e óleo diesel (-14%) realizadas no mês de abril, em comparação com o mesmo período de 2019. As vendas de GLP aumentaram 4% no mesmo mês.

#### NOVO COMPORTAMENTO

Segundo o Ministério da Agricultura, a comercialização de etanol hidratado diminuiu 37% em abril.

O estudo da EPE lembra que a queda na circulação de pessoas tem proporcionado mudanças de hábitos e de costumes na sociedade, incluindo uma rápida ampliação e disseminação do trabalho remoto.

Além disso, uma parcela de produtos e serviços está sendo oferecida em plataformas online, diminuindo o deslocamento do consumidor .

#### MME / ASCOM .